

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2020**  
(Do Sr. Marcelo Calero)

Requer informações ao Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre o cumprimento dos requisitos internacionais vigentes relacionados ao meio ambiente.

Senhor Presidente,

Tendo como base os termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de requerimento de informação sobre o cumprimento dos requisitos internacionais vigentes relacionados ao meio ambiente, nos seguintes termos:

**Questionamentos específicos ao Ministro do Meio Ambiente**

1. Como o Ministério entende o risco de desmatamento? Qual é o histórico de trabalho governamental para mitigação desse risco na pauta comercial?
2. Qual o impacto do aumento do desmatamento e das queimadas em 2019 na aceitação dos produtos e serviços brasileiros no exterior até o momento?
3. Baseando-se nos requisitos comerciais internacionais, quais as ações preventivas e preparatórias do Brasil para *compliance*?
4. Qual o impacto das políticas ambientais atuais para a "marca Brasil"? Como o Ministério entende o histórico de aceitação internacional da "marca Brasil" e como define o momento atual?
5. Como os diversos setores estão se comportando em relação ao comércio e à gestão de riscos comerciais associados ao desmatamento

e a queimadas? Quais os ganhos/prejuízos nos últimos 12 meses e sua relação com a política ambiental?

6. Quais são os indicadores de sucesso/falha que o Ministério tem utilizado para avaliar o grau de exposição das empresas e da balança comercial brasileira ao risco de desmatamento?
7. Qual o grau de risco de uma possível não ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia, em função da crise na área ambiental? Como a área responsável no MRE (Missão do Brasil na UE) está monitorando esse risco e quais as garantias necessárias para manter o acordo e prosseguir com sua rápida ratificação?
8. Quais os efeitos práticos de curto, médio e longo prazo de uma possível não ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia, em função da crise na área ambiental?
9. Quais os efeitos práticos de um atraso na ratificação (1-5 anos)?
10. Quais são os outros acordos comerciais que poderão ser afetados por um eventual insucesso do Acordo Mercosul-União Europeia?
11. Quais requisitos ambientais o Brasil precisa cumprir para efetivar o Acordo Mercosul-UE?
12. Quais garantias ambientais o Brasil precisa oferecer para efetivar o Acordo Mercosul-UE o mais rápido possível?
13. Quais requisitos ambientais o Brasil (ainda) precisa cumprir para se tornar membro da OCDE?
14. Acordos recentes firmados na gestão do republicano Donald Trump incluíram previsões sobre proteção ao meio ambiente. É o caso do USMCA – o novo Nafta, renegociado entre Estados Unidos, Canadá e México. Qual o tipo de garantias que o Brasil vislumbra oferecer na seara ambiental para celebrar acordos comerciais com os EUA?
15. Qual o papel vislumbrado para instrumentos como a moratória da soja na contenção dos danos e na gestão dos riscos comerciais da "crise das queimadas"?
16. O governo atual questionou os dados do INPE e os denominou "manipulados" após a detecção de aumento no desmatamento em 2019. Boa parte das atividades do agronegócio brasileiro está estabelecida em áreas legais, como atestado pelos sistemas de monitoramento do INPE e também por sistemas independentes. Como o Brasil pretende oferecer garantias aos seus parceiros comerciais do efetivo cumprimento de requisitos ambientais se há dúvidas sobre as fontes oficiais de informação a esse respeito? Existe possibilidade de

recuo nesse sentido? Qual é a estratégia para correção do sinal dado pelo governo?

## **JUSTIFICAÇÃO**

O requerimento de informação visa subsidiar o relatório que será produzido por esta Comissão Especial quanto ao cumprimento dos requisitos internacionais vigentes relacionados ao meio ambiente e aos impactos sobre precificação e aceitação dos produtos e serviços brasileiros no exterior em função da implementação das atuais políticas ambientais.

Em 2019, em virtude da escalada do desmatamento e da crise de queimadas no Brasil e na Bolívia, cresceu o alerta de um possível aumento das barreiras não tarifárias ligadas ao desmatamento. Isso tem o potencial de aumentar a exposição de empresas brasileiras a diversos riscos para atender aos requisitos do comércio internacional e, até mesmo, de afetar negativamente a balança comercial brasileira, altamente dependente das exportações da agricultura e da pecuária.

O objetivo final desta Comissão é apresentar à sociedade a atual situação ambiental no país, por meio de diagnóstico das políticas ambientais, e apresentar recomendações preliminares, normativas ou administrativas.

Diante do exposto, requer-se, com a urgência que se faz necessária, as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, em        de        de 2020.

Deputado **MARCELO CALERO**